

OS CAMPOS DE CONCENTRAÇÃO DA SECA NO CEARÁ COMO ESTRATÉGIAS DE SEGREGAÇÃO E DISCRIMINAÇÃO SOCIAL DO HOMEM DO CAMPO

Maria Ligia Lima da Silva¹

Geórgia Maria Feitosa e Paiva²

José Weyne de Freitas Sousa³

RESUMO

A seca de 1877-1879 trouxe pela primeira vez a presença dos retirantes para dentro de Fortaleza, o que ajudou o governo a ter uma noção do caos que estes poderiam gerar, assim nas secas de 1915 e 1932 onde novamente milhares de agricultores buscaram socorro na capital cearense o Governo do Estado do Ceará criou zonas de isolamento para contê-los. Para essa investigação realizamos uma pesquisa bibliográfica descritiva com a finalidade de observar, registrar e compreender a partir de uma análise documental em artigos, jornais e livros relacionados com a problemática destas secas. Neste artigo propomos compreender de que forma o Governo do Estado do Ceará e a sociedade cearense atuaram no processo de segregação e discriminação do homem do campo na sua alocação em campos de concentração nos períodos das secas de 1915 e 1932. Como principais fontes de pesquisa figuraram Travassos (2011), que discute sobre o pânico e a desordem que o município de Fortaleza passou durante a seca de 1877, Matias, A. F; Almeida, L. N. S. (2015) e Neves (2000), que apresentaram um debate sobre o impacto político e histórico das outras secas, Sousa (2015) que traz como foco o “projeto Pompeu-Sinimbú”, e Goffman (1988), sociólogo responsável por descrever o processo de estigmatização do indivíduo. A partir dessa discussão teórica, foi possível constatar que a criação dos campos de concentração, ora funcionava como propaganda de socorro para os retirantes, ora como estratégias de “saneamento” social para a classe média e alta de Fortaleza. Deste modo, os governantes da época e a aceitação do povo para esta decisão nos indicam que houve um processo de estigmatização por parte do Governo e também pela sociedade cearense, na medida em que a população concordava com os métodos utilizados, ela sinalizava que não desejava conviver com os problemas dos retirantes.

Palavras-chave: Seca. Estigma. Campos de Concentração.

ABSTRACT

The drought period of 1915 and 1932 led thousands of farmers to seek help in the capital of Ceará; at that historical moment, Fortaleza, underwent a process of "addornment" which led the Government of the State of Ceará to create zones of isolation of the retreatants, the so-called drought concentration camps. In this article, we propose to understand how the State Government of Ceará and the Ceará society have been involved in the process of segregation and discrimination of the rural man of his allocation in concentration camps during the drought period of 1915 and 1932. For this, we carried out a descriptive bibliographical research with the purpose of observing, recording and understanding from a documentary analysis on articles, documentaries, newspapers and books related to the problematic of these droughts. As main sources of research were Travassos (2011), which discusses the panic and disorder that the municipality of Fortaleza passed during the drought of 1877. Matias, A. F; Almeida, L. N. S. (2015) and Neves (2000), who presented a debate about the political and historical impact of the other droughts, Sousa (2015), which brings the focus on the "Pompeu-Sinimbu project" and last but not least, Goffman (1963), sociologist responsible for describing the process of stigmatization of the individual. From this theoretical discussion, it was possible to verify that the creation of the concentration camps, functioned as propagandas of help for the retreatants and strategies of social "sanitation" for the middle and upper class of Fortaleza. Thus, the rulers of the time and the acceptance of the people for this decision indicate that there was a process of stigmatization carried out not only by the

¹ Graduanda do quarto semestre em Bacharelado em Humanidades na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira.

² Professora Adjunta do Instituto de Linguagens e Literaturas da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira. E-mail: <georgiafeitosa@unilab.edu.br>.

³ Professor da Universidade da Integração da Lusofonia Afro-brasileira. E-mail: <joseweyne@unilab.edu.br>.

Government, but also by the society of Ceará, as the population agreed with the methods used for the creation of these concentration camps, it also signaled that society didn't want to live with the problems of the retreatants.

Keywords: Drought. Stigma. Concentration camps.

Introdução

O presente artigo explana sobre as secas no Ceará nos anos de 1877-1879, 1915 e 1932, períodos de secas no sertão do Estado, tal periodização foi escolhida para esta pesquisa. Durante a seca de 1877-1879, o governo adotou as Comissões de Socorros e Obras Públicas, mas nas secas de 1915 e 1932, se propôs a adotar medidas extremas, como a criação dos campos de concentração de seca, era dessa forma mesmo que eram chamados, colocados em jornais e os autores se referiam dessa forma, assim como os governantes, estes locais foram onde os refugiados sertanejos passaram a viver em condições subumanas.

As Comissões de Socorros e Obras Públicas foram utilizadas junto com a criação dos campos de concentração. Aqueles sertanejos que eram considerados “inválidos” eram isolados da sociedade, por outro lado, somente os que eram considerados “válidos”, ou seja, os que ainda encontravam-se em condições de trabalho, saíam para as obras de “socorro públicas” ⁴.

E mesmo com essa situação a população permanecia inerte perante a atitude do governo, tornando esse ato ainda mais desumano, visto que estes retirantes eram seus semelhantes e mesmo assim os cidadãos de Fortaleza não se mostraram conscientes das dificuldades que o homem do campo passava, aprovando a criação dessas obras por conta do medo que sentiam com a propagação de doenças e a desordem do espaço público. ⁵

Villa pontua que após a seca de 1877-1879, o Ceará passou a ser identificado como região “problema” pelos seus governantes, segundo o deputado conservador cearense José de Alencar, o Ceará era como um “membro inútil marcado pelo selo de uma desgraça irreparável”. Desta forma, os governantes contribuíram para conservar os estereótipos “que foram sendo criados e repetidos [...] nos últimos cento e vinte anos” ⁶.

O termo “retirante” se referia a “um sentido pejorativo, fazendo alusão à retirada dos rebanhos de gado, sendo atribuída a todos os desvalidos socorridos fora dos seus municípios de origem, o que

⁴ SOUSA, José Weyne Freitas. “Secas e socorros públicos no Ceará”. *Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História*, São Paulo v. 52, 2015

⁵ SOUSA, “Secas e socorros públicos no Ceará...”, p.188

⁶ VILLA, Marco Antonio. *Vida e morte no sertão: Histórias das secas no Nordeste nos séculos XIX e XX*. 4. ed. São Paulo: Ática, 2000. p. 269.

incitava a animosidade local”⁷ uma vez que “estrangeiros” são considerados estranhos à sociedade vigente, não possuem um “perfil” identificado e reconhecido por estes, dessa forma os sujeitos retirantes eram colocados como “desprovidos de atributos” que os identificavam como estrangeiros. Assim, esses governantes colaboraram para a produção de estereótipos que são necessários para “orientar-se no mundo”, o problema encontra-se quando tais marcações minimizam a realidade ou a ampliam. Não sendo coerente de fato com a realidade.⁸

Naquela época, ressalta Neves⁹, a elite urbana se portava com desprezo em relação aos retirantes na seca de 1877, momento histórico em que a cidade passava por uma fase de “aformoseamento”, e por isso acreditava-se que a presença desses “moribundos” agredia sua “sensibilidade”, e que iriam “contaminar a cidade com sua miséria explícita”.

Matias, A. F.; Almeida, L. N. S. (2015)¹⁰ assinala que as principais secas que surgiram ao longo de 100 anos, desde 1877 a 2015 não serviram como fonte para reconhecer os erros e melhorar a atuação do Estado. Cometendo erros ainda maiores a cada nova seca. Mais especificamente com a seca de 1915, o governo de Benjamin Liberato Barroso construiu “campos de concentração, denominados currais humanos”, que funcionavam como um espaço de organização e vigilância dos retirantes que eram aprisionados e vigiados por soldados do exército para impedir que tais sujeitos transitassem pela cidade de Fortaleza. Os retirantes passavam pela escassez de alimentos, pela morte dos animais, pela luta para manter-se vivo, e enfrentavam “a falta de apoio somada à falta de liberdade”.

Pomponet¹¹ investigou os órgãos criados para auxiliar a população a enfrentar as fases mais difíceis da seca, entre tais órgãos, o autor menciona a criação do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS), que aprovou a construção de açudes e poços. No entanto, tais reservatórios acabaram sendo construídos dentro de propriedades privadas, não sendo, portanto, usufruídos pelas camadas mais pobres da população.

Sousa¹² mostra como o governo tratou deste segmento carente da população. Na seca de 1877-1879, implantou o “projeto Pompeu-Sinimbú” como ferramenta para ampliar o “progresso” da capital com a grande quantidade de mão de obra barata, o que proporcionou um crescimento estrutural na capital.

⁷ SOUSA, “Secas e socorros públicos no Ceará...”, p.186.

⁸ SANTORO, Emilio. Estereótipos, preconceitos e políticas migratórias. Revista de Estudos Constitucionais, Hermenêutica e Teoria do Direito (RECHTD). v. 6. São Leopoldo/RS, jan-jun. 2014. p.20.

⁹ NEVES, “A capital de um pavoroso reino...”, p.96

¹⁰ MATIAS, Avanúzia Ferreira; ALMEIDA, Larissa Naiara Souza de. “Discurso e intertextualidade...” p.79.

¹¹ POMPONET, André Silva. *100 anos de DNOCS: marchas e contramarchas da convivência com as secas. Conjunto & Planejamento*, v. 162, 2009. p. 58-65.

¹² SOUSA, “Secas e socorros públicos no Ceará...”, p.216

Diante desse cenário, este artigo tem como objetivo geral compreender de que forma o Governo do Estado do Ceará e a sociedade cearense atuaram no processo de segregação e discriminação do homem do campo na sua alocação em campos de concentração nos períodos das secas de 1915 e 1932.

Para a produção deste trabalho, nos baseamos na obra de Goffman¹³ sobre o estigma e o preconceito. Para compreender sobre o contexto social, político e ideológico da época, nos baseamos nos trabalhos de Travassos¹⁴ que discutem o pânico e a desordem que o município de Fortaleza passou durante a seca de 1877, Matias, A. F.; Almeida, L. N. S. (2015)¹⁵ e Neves¹⁶ que apresentam um debate sobre o impacto político e histórico das outras secas e Sousa¹⁷ que traz como foco o “projeto Pompeu-Sinimbú”.

Para esta investigação optamos por realizar uma pesquisa bibliográfica descritiva com a finalidade de observar, registrar e compreender a partir de uma análise documental em artigos, documentários, jornais e livros relacionados à problemática da seca de 1915, observando o processo de segregação social dos retirantes da seca, o estigma por parte da população e a construção dos campos de concentração como método de segregação social.

Salientamos que a relevância deste estudo reside na ampliação dos conhecimentos acerca deste objeto de estudo e na averiguação de que existem poucas obras relativas ao tema da seca, pois esse “massacre de nordestinos” acabou sendo esquecido “como se fosse uma lembrança incômoda aos brasileiros principalmente aos donos do poder”¹⁸.

Este artigo está dividido em três tópicos, a saber: inicialmente com a introdução onde apresentamos a justificativa da pesquisa juntamente com os objetivos do trabalho e a metodologia, que indica os métodos e a forma da coleta de dados, em seguida apresentamos a fundamentação teórica. Por último, as considerações finais que apontam nossas conclusões.

1. As secas no Ceará

¹³ GOFFMAN, Erving. *Estigma: Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan. 1988.

¹⁴ TRAVASSOS, Lidiany. Uma história não contada: o campo de concentração para flagelados de 1915 em Fortaleza–Ceará. V *Colóquio de História Perspectivas Históricas: historiografia, pesquisa e patrimônio*, 2011. p. 717-730.

¹⁵ MATIAS, Avanúzia Ferreira; ALMEIDA, Larissa Naiara Souza de. Discurso e intertextualidade: uma retrospectiva com base em 100 anos de seca. *Revista Entrelaces*, Fortaleza, ano 5, n. 6, p. 76-88, jul./dez. 2015.

¹⁶ NEVES, Frederico de Castro. *A capital de um pavoroso reino: Fortaleza e a seca de 1877*. *Tempo*, n. 9, p. 93-111, 2000.

¹⁷ SOUSA, “Secas e socorros públicos no Ceará...”, p.183

¹⁸ VILLA, “Vida e morte no sertão...” p.13

O Nordeste Brasileiro tem condições naturais que facilitam a chegada da seca, certamente “influenciada pelo fenômeno El Niño e pelas temperaturas da superfície do Oceano Atlântico”¹⁹; esse fenômeno possui o seu oposto, a La Niña “caracteriza-se por um esfriamento anormal nas águas superficiais do Oceano Pacífico Equatorial”²⁰. Esses dois episódios “podem ser caracterizados como cíclicos; entretanto, não possuem um período estritamente regular reaparecendo, em média, em intervalos de 2 a 7 anos”²¹.

Por esse fator o Ceará era visto como um estado condenado pelas constantes secas. Diante disso, as administrações do governo estadual organizaram reservatórios de captação e armazenamento de água, no entanto, as políticas públicas implementadas não supriram as necessidades do povo cearense e não foram colocadas em prática de forma a ser usufruída por todos.

O Nordeste além de ser uma região propícia para as secas também é “vulnerável a enchentes e chuvas intensas”, dependendo de qual fenômeno esteja naquele determinado período, “todavia, episódios de La Niña têm ocorrido em menor frequência de que o El Niño durante as últimas décadas”²². Por isso, segundo o NEB, que se trata das regiões semiáridas do Nordeste do Brasil, o “risco de seca é maior que 60%”. As piores secas ocorreram durante o El Niño, sendo este, um fenômeno natural, a população e o governo do Nordeste deveriam estar preparados para as novas secas. No entanto,

[...] o problema da seca é esquecido quando o fenômeno passa. As pessoas voltam a povoar o Sertão, a aumentar o uso do solo para a pecuária, a agricultura e a extração de lenha. A produção agrícola aumenta e o problema da seca é esquecido, até que nova seca se estabeleça e comece tudo de novo²³.

O governo cearense ao invés de investir em programas de atenuação aos efeitos das secas, buscava atingir o progresso, progresso que ignorava a integração social dos retirantes dos municípios mais atingidos por esses fenômenos naturais.

O problema com as secas tem uma longa história. O primeiro registro de uma seca consta em documentos portugueses de 1552, as secas que se sucederam no século XVII foram seis: em 1603, 1605-1607, 1614, 1645, 1652 e 1692²⁴. No século seguinte ocorreram sete grandes secas em 1710-1711, 1721, a de 1723-1727 teve uma das maiores durabilidades com cinco anos, as secas seguintes

¹⁹ DE NYS, E.; ENGLE, N. L.; MAGALHÃES, A. R. *Secas no Brasil: política e gestão proativas*. Brasília, DF: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos-CGEE, 2016, p.10-32.

²⁰ MARENGO, José A. et al. Variabilidade e mudanças climáticas no semiárido brasileiro. *Recursos hídricos em regiões áridas e semiáridas*, 2011, p. 391.

²¹ MARENGO, “Variabilidade e mudanças climáticas no semiárido brasileiro...”, p. 391.

²² MARENGO, “Variabilidade e mudanças climáticas no semiárido brasileiro...”, p. 391.

²³ DE NYS, E.; ENGLE, N. L.; MAGALHÃES, A. R. “*Secas no Brasil ...*” p. 23.

²⁴ VILLA, “Vida e morte no sertão...”, p.18

neste século foram de no máximo dois anos 1736-1737, 1745-1746, 1777-1778 e 1791-1793²⁵. Após a independência, houve uma nova grande seca a de 1824-1825, em 1834 pela primeira vez, o governo adotou medidas para que a população pudesse enfrentar a seca, em 1845, 1877-1879, 1888-89, 1900, 1915, 1932 e diversas outras na atualidade ²⁶.

Como mencionado, a seca no Ceará é um fenômeno constante que reaparece causando problemas na esfera social. Dissemos também que houve diversas secas; a diferença entre elas é que os seus impactos se tornaram cada vez mais graves necessitando de uma maior atenção.

As medidas que o governo adotou para amenizar as consequências da falta de água durante as secas foram a “escavação de poços e construção de açudes e barragens” ²⁷. Entretanto, essas não foram medidas eficazes, visto que esses recursos de armazenamento de água estavam “quase sempre concentrado nas mãos de poucos” o que “intensifica ainda mais os efeitos sociais” ²⁸. Essas medidas foram implementadas para amenização dos impactos na esfera social, que beneficiaram mais as elites que o homem do campo.

Neste artigo, daremos ênfase às questões referentes aos campos de concentração criados em 1915. Nesse sentido, entendemos que para uma compreensão das causas que levaram a construção destes campos se faz necessária uma análise de seus precedentes no prelúdio da seca de 1877 e do seu alcance na seca seguinte de 1932. No período da seca de 1877 foi quando o governo organizou “acampamentos de refugiados” ²⁹ pela primeira vez. Estes acampamentos ajudaram o governo a ter uma noção de como concentrar uma grande quantidade de pessoas em um mesmo local para a criação dos campos de concentração construídos em 1915, ano em que sete campos foram criados como forma de “conter a leva de famintos que dia após dia, mais se aproximava da cidade” ³⁰. Esses campos de concentração eram distribuídos de forma estratégica para conseguir encurralar um maior número de retirantes, assim foram construídos “dois em Fortaleza e os outros em Ipu, Quixeramobim, Senador Pompeu, São Mateus e Crato”.³¹

As medidas insuficientes adotadas pelo governo geraram consequências nos períodos mais intensos da seca, o que levou o homem do campo a buscar abrigo na cidade grande. Por outro lado, os governantes tiveram que lidar com essa nova situação e optaram por isolar os retirantes.

²⁵ VILLA, “Vida e morte no sertão...”, p.19.

²⁶ VILLA, “Vida e morte no sertão...”, p.89.

²⁷ POMPONET, “100 anos de DNOCS...” p. 59.

²⁸ MARENGO, “Variabilidade e mudanças climáticas no semiárido brasileiro...”, p. 384.

²⁹ NEVES, “A capital de um pavoroso reino...”, p.99.

³⁰ TRAVASSOS. “Uma história não contada...” p.718.

³¹ RIOS, Kênia Sousa. Campos de concentração no Ceará: isolamento e poder na seca de 1932. Fortaleza: Museu do Ceará; Secretaria da Cultura e Desporto do Ceará, 2001.

Posteriormente, em 1932, ocorreu uma nova seca que fez “com que, novamente, centenas de pessoas migrassem para os centros urbanos”³², mesmo que os governantes soubessem deste fato que era inevitável permaneceram sem “planejar estratégias para amenizar os efeitos da seca”, e por isso os campos de concentração foram utilizados mais uma vez, e ainda foram ampliados³³. Os campos de concentração não foram utilizados apenas uma vez, mas duas vezes o que ampliou as suas consequências na esfera social.

2. Contexto histórico dos campos de concentração

O medo que assombrava parte da sociedade cearense frente a multidão de “flagelados” em 1915 tinha uma razão: a seca de 1877, que levou “cerca de 110 mil famintos saíram dos sertões e tomou as ruas de Fortaleza, assombrando os moradores”³⁴. Esta foi a primeira experiência que a capital teve com uma seca devastadora com uma duração de três anos (1877 a 1879) se estendendo em um longo período, tornando mais impactante essa experiência frente a multidão. A cidade não possuía capacidade para abrigar tamanha quantidade de pessoas e necessitava “[...] de uma melhor organização quanto ao lixo produzido, à sujeira, à contenção de epidemias enfim, a tudo que pudesse gerar doenças que se proliferassem pela água, ar e terra”³⁵.

Fortaleza, até então, possuía uma quantidade pequena de habitantes, isto até o ano de 1878 quando esse número triplicou passando de 30 mil para 130 mil habitantes. Desse modo, esta cidade não estava preparada para receber tantos indivíduos, nem socialmente nem em suas estruturas de base, dessa forma o poder público procurou evitar essa migração de retirantes que insistiam em ir para a capital³⁶.

Ao contrário das secas anteriores, a seca do século dezenove trouxe para dentro da capital “a presença impactante de multidões de retirantes”³⁷, ganhando pela primeira vez, uma maior notoriedade no Brasil também pelo grande número de mortes, “naquela estiagem pereceram pelo menos 500 mil nordestinos, com 200 mil mortes somente no Ceará”, cerca de 4% da população brasileira sucumbiu à fome, miséria e a escassez de recursos. Obrigou também que 250 mil nordestinos migrassem para a Amazônia a procura de emprego como seringueiros³⁸. Funcionando como uma estratégia para diminuir o número de retirantes, dividindo o fardo de carregar os migrantes nas costas com outros estados.

³² Matias, A. F.; Almeida, L. N. S. “Discurso e intertextualidade...”. p. 79.

³³ Matias, A. F.; Almeida, L. N. S. “Discurso e intertextualidade...”. p. 79.

³⁴ TRAVASSOS. “Uma história não contada...” p.718.

³⁵ TRAVASSOS. “Uma história não contada...” p.718.

³⁶ SOUSA, “Secas e socorros públicos no Ceará...”, p. 186.

³⁷ NEVES, “A capital de um pavoroso reino...”, p.93.

³⁸ POMPONET, “100 anos de DNOCS...” p. 59.

Na época da seca de 1877-1879 a cidade passava por uma fase de “aformoseamento”, e por isso a sociedade cearense acreditava que a presença desses “moribundos” agredia “a sensibilidade de uma elite urbana civilizada”³⁹. Nessa época de grande avanço da capital os médicos “criticavam a insalubridade do espaço urbano”⁴⁰ o que influenciava diretamente nas políticas públicas, na medida em que surge uma nova visão de cidade onde o discurso médico se torna a base. O presidente organizou uma comissão que foi designada para a limpeza da capital, tanto dos abarracamentos quanto “limpeza dos quintais, pintura com cal das casas e desinfecção dos edifícios públicos”, o discurso higienista prevalecia nas construções da época. No entanto, grande parte das construções da época foi fruto do trabalho de “múmias famintas”, pois o governo implementou o projeto Pompeu Sinimbúno que consistiu em “obras de socorro públicas” em que os retirantes trabalhavam basicamente em troca de comida⁴¹.

Estes sertanejos estavam procurando ajuda, mas a sociedade os via como se estivessem a trazer “sua miséria explícita, suas doenças, seus ‘vícios’, sua fome, seus crimes e sua ofensiva ameaça à civilização”⁴², por isso a população se encontrava receosa perante esta questão. Desconfiava que estes retirantes trariam a desordem para o espaço público ameaçando “contaminar o ar”, pois “os desvalidos podiam disseminar doenças como a varíola”⁴³, essa contaminação necessitaria de um contato direto e prolongado, portanto, quanto menor o contato menor as chances da população ser mais ainda afetada pela presença de doenças propagadas.

O governo da época organizou “abarracamentos” divididos em onze distritos, os recursos que eram destinados aos socorros eram desviados por “aproveitadores”, pois estes recursos não passavam por uma boa fiscalização. Os recursos autorizados eram:

[...] esmolas para os inválidos e famílias que não pudessem subsistir com o seu trabalho: salário para os validos que fossem empregados em serviços públicos: alojamento e roupa indispensável: rações para os recém-chegados e emigrantes: medicamentos e dietas para enfermos: transporte para os emigrantes⁴⁴.

Os retirantes “eram instalados no morro do Croatá” onde construíam os seus barracos de “palha de carnaúba e adobe”, formando os “abarracamentos”⁴⁵. Depois de instalado, o retirante desvalido era classificado em “válido” ou “inválido”, dependendo da sua condição física para o trabalho nas obras públicas em execução na província. Esses “abarracamentos” depois se tornariam os campos de concentração de seca, no ano de 1915. Essas estruturas precárias de moradia ajudaram

³⁹ NEVES, “A capital de um pavoroso reino...”, p.96.

⁴⁰ COSTA, Maria Clélia Lustosa. Teorias médicas e gestão urbana: a seca de 1877-79 em Fortaleza Medical theories and. **História, Ciências, Saúde—Manguinhos**, v. 11, n. 1, p. 57-74, 2004.

⁴¹ SOUSA, “Secas e socorros públicos no Ceará...”, p. 186.

⁴² NEVES, “A capital de um pavoroso reino...”, p.93.

⁴³ SOUSA, “Secas e socorros públicos no Ceará...”, p. 188.

⁴⁴ NEVES, “A capital de um pavoroso reino...”, p.100.

⁴⁵ SOUSA, “Secas e socorros públicos no Ceará...”, p. 186.

o governo a ter uma ideia de organização, mantendo o povo flagelado longe da pureza da capital, evitando que os “retirantes” não trouxessem “o caos, a miséria, a moléstia e a sujeira” para dentro da cidade de Fortaleza.

Com a chegada da seca de 1915, a capital do Ceará foi tomada pelos retirantes, que chegaram a cidade e ocuparam os espaços públicos a procura de um lugar para repousar. Com medo que estes “flagelados” se tornassem violentos e comesçassem a roubar mantimentos para sobreviver, a classe política cearense relegou estes indivíduos aos campos de concentração, alegando que estes seriam alternativas ao horror da seca. Os retirantes foram tratados como animais mantidos em “currais” de contenção, verdadeiras prisões que inibiam o acesso deles a cidade.

As soluções que eram propostas não passavam de: “escavação de poços e construção de açudes e barragens, com o propósito de acumular a água dos períodos de grande precipitação pluviométrica”. Essas ações se tornaram cada vez menores no decorrer das secas, contando apenas com débeis esforços como no ano de 1914 que foram construídos 42 poços sendo apenas 9 públicos ⁴⁶. Em consequência, os efeitos da seca do ano de 1915 foram agravados pela falta de ações eficazes que fossem direcionadas para as camadas mais pobres da sociedade, sendo estas consequentemente as que mais sofriam com a falta de chuvas.

3. Do preconceito a estigmatização dos agricultores exilados

3.1. Preconceito

Segundo Goffman ⁴⁷, o preconceito é algo mais abrangente, já o estigma é um tipo de preconceito mais definido. Preconceito é uma ideia pré-concebida formando um conceito antecipadamente sem a compreensão em sua profundidade, “o seu uso tende a indicar uma atitude discriminatória”, pois por diversas vezes se constitui como uma ideia superficial, sem aprofundamento e sem conhecimento ⁴⁸, o que torna o problema desconhecido causando medo e preconceito.

No caso dos flagelados da seca, a sociedade não procurou saber acerca dos problemas que estes sofriam e nem a melhor forma de lidar com a grande massa de retirantes da seca, por isso ela optou, talvez, pela solução que julgou ser mais prática: a construção de campos de concentração com o objetivo de “evitar que os retirantes alcançassem Fortaleza” ⁴⁹.

⁴⁶ POMPONET, “100 anos de DNOCS...” p. 59.

⁴⁷ GOFFMAN, Erving. “Estigma ...”, p.117.

⁴⁸ FERNANDES, Sueli de Cássia Tosta; COSTA, Vivian Ferreira. *Discurso do texto didático na disciplina de história: os conceitos e os pré-conceitos*. 2009. 89 f. Tese (Doutorado) - Curso de Letras, Faculdades Integradas FAFIBE, São Paulo, 2009.

⁴⁹ TRAVASSOS. “Uma história não contada...” p.779.

Pessoas preconceituosas buscam encontrar em suas vítimas características que não lhe sejam comuns para justificar a sua atitude de alienação, assim, o que está fora dos seus padrões nomeia como anormal (foge do arquétipo), portanto, objeto de discriminação⁵⁰.

Os retirantes eram pobres em razão principalmente de terem perdido seus pertences com a seca, e normalmente, eram oriundos de regiões campestres do Ceará. Era nesse cenário, que os retirantes se encontravam com o meio urbano mais abastado e eram estigmatizados por constituírem o diferente. Estabelecia-se, assim, um tipo de estigma, pois a sociedade impõe os “atributos considerados como comuns e naturais para os membros”⁵¹. “Os preconceitos mais comuns em sociedade são baseados na cor, sexo, religião, classe social e aparência física”⁵². Na segregação, estava imputado o preconceito de classe social, visto que, os retirantes faziam parte da camada mais pobre da população, o que os tornava diferentes.

O preconceito é “uma construção cultural e social, sustentada por ideologias”⁵³, essas ideologias foram plantadas desde o período escravocrata, quando as “debilidades do Brasil podem ser identificadas na estrutura da organização social forjada a partir da constituição da escravidão”⁵⁴. O preconceito não nasce com o indivíduo, ele é gerado nas interações sociais. No período escravocrata podemos encontrar um dos primeiros tipos de preconceito por parte do colonizador que subjugava e escravizava os negros e indígenas para o seu próprio lucro.

O contexto pós-independência trouxe um novo tipo de preconceito que fez surgir uma centralização econômica no Centro-Sul, enquanto o Nordeste era colocado na condição de periferia do sistema produtivo sendo caracterizado como a parte pobre do país. Uma forma que surgiu de equilibrar essa disparidade foi o “projeto Pompeu-Sinimbú”, que consistia em utilizar a mão de obra barata para o “progresso da capital”, tais “políticas indiretas” pretendiam firmar o “progresso” no lugar da “assistência” aos retirantes. Este projeto pode ser equiparado ao período escravocrata na medida em que o governo utilizava a força de trabalho daqueles que ele considerava mais fracos, para o seu lucro e para fazer com que a capital crescesse.

O preconceito expresso pela sociedade para com os retirantes residia no fato de que a classe mais abastada se considerava civilizada e, de repente, depararam com o “outro o selvagem” “não o reconhecendo, o repudiavam, o odiavam e discriminavam” dessa forma o outro tornou-se “intruso e deve ser combatido” para não destruir a ordem social estabelecida, construída coletivamente por

⁵⁰ FERNANDES; COSTA, *Discurso do texto didático* ...p.21

⁵¹ GOFFMAN, Erving. “Estigma ...”. p.05

⁵² FERNANDES; COSTA, *Discurso do texto didático na disciplina de história*... p. 21.

⁵³ FERNANDES; COSTA, *Discurso do texto didático na disciplina de história*... p. 21.

⁵⁴ GÓES, Weber Lopes. *Racismo, eugenia no pensamento conservador brasileiro: a proposta de povo em Renato Kehl*. 2015. 276 f. (Dissertação Mestrado). Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Faculdade de Filosofia e Ciências, 2015. p.64.

determinado grupo dominante para manutenção de sua ideologia” provocando “manifestações desrespeitosa e discriminatórias e a geração de violência emocional e física” ⁵⁵.

3.2. Definição de estigma

Estigma é um atributo negativo colocado por uma determinada sociedade a respeito dos indivíduos e por meio dele é que se categorizam esses sujeitos como diferentes do restante da sociedade. Em sociedade, os sujeitos buscam definir quais são os atributos considerados comuns a todos, o padrão que devem seguir, relegando certos indivíduos a determinados ambientes sociais impondo a sua força, para que permaneçam em seus ambientes estigmatizados, hierarquizando a sua “identidade social virtual” aquela que lhe é imputado, a “identidade social real” são as características que o indivíduo prova possuir.

O conceito de estigma⁵⁶ é algo pejorativo e depreciativo. Trata-se de uma característica atribuída com um efeito de descrédito muito grande para com o indivíduo estigmatizado. Este conceito é considerado como um atributo não sendo, portanto, colocado como “nem honroso nem desonroso”, pois pode ser este atributo que pode confirmar a normalidade do outro. Goffman propõe a noção de estigma dentro de uma “relação entre atributo e estereótipo”, para ele, o estigma pode ser “considerado um defeito, uma fraqueza, uma desvantagem” ⁵⁷.

Na obra são pontuados três tipos de estigmas: as abominações do corpo, as culpas de caráter individual, os estigmas tribais de raça, nação e religião. Os refugiados da seca se encaixam no estigma relativo à tribais de raça e nação. O autor utiliza um exemplo da Inglaterra em que “[...] o status de classe baixa funcionava como um importante estigma tribal” ⁵⁸. Os flagelados se encontravam naquela situação como mendigos, portanto inferiorizados por sua condição social.

O autor também coloca em questão a relação que os “normais” tendem a ter para com os estigmatizados, os quais não acreditam que estes indivíduos sejam completamente humanos, fazendo variados tipos de discriminação, uma delas sendo “as de classe social”. A estigmatização se realiza por meio da ação e da linguagem, no uso de termos pejorativos para descrever pessoas, como por exemplo: “aleijado, bastardo, retardado”.

Nas obras de Matias, A. F.; Almeida, L. N. S, Pomponet, Neves e Travassos, os retirantes recebem diversos termos pejorativos como “flagelados”, “mendigos”, “fétidos moribundos”, “múmias famintas”, “esfaimados e andrajosos”. Ademais os jornais da época se

⁵⁵ FERNANDES; COSTA, *Discurso do texto didático na disciplina de história...* p. 21

⁵⁶ GOFFMAN, Erving. “Estigma ...”.p.06

⁵⁷ GOFFMAN, Erving. “Estigma ...”. p.06

⁵⁸ GOFFMAN, Erving. “Estigma ...”. p.07

referiam estes também de modo pejorativo utilizando o termo “flagelados”, como podemos observar na Figura 1



Fonte: Jornal natalense A República, edição de 6 de agosto de 1915.

A expressão “flagelados” apresentada na figura acima remete ao pressuposto de que estes indivíduos estão passando por um estado de calamidade. A partir da seca de 1877 alguns termos foram ressignificados; como o termo desvalido que anteriormente significava alguém que, como nos diz Sousa “foi vítima de violência” e sendo um “incapaz de se valer pelos seus próprios meios” após a seca de 1877 o termo começou a possuir um conjunto de significados atribuídos aos retirantes da seca.

Goffman propõe que o indivíduo estigmatizado pode tentar aproximar-se de contatos mistos com agressividade, mas isso pode provocar nos outros uma série de respostas desagradáveis exatamente por isso que os sujeitos considerados normais os excluem por medo do que podem vir a fazer.

O medo de saques, violência gerada pela loucura da fome e a propagação de doenças, eram fatores que pressionavam o poder público a buscar nos campos de concentração uma alternativa para conter a leva de famintos que dia após dia, mais se aproximava da cidade ⁵⁹.

Estes retirantes, ao adentrarem na cidade, mexiam com a “sensibilidade” das elites, pediam esmolas, utilizavam as áreas públicas da cidade e trapaceavam para obter maiores ganhos da caridade.

⁵⁹ TRAVASSOS. “Uma história não contada...” p.718.

Por isso, as pessoas se distanciavam desses retirantes, tanto por medo da violência gerada pela fome quanto por se considerarem civilizados.

3.3. O perfil dos exilados

Em 1909, foi criada a IOCS - Inspetoria de Obras Contra as Secas -, com o objetivo de executar políticas do Governo Federal no que se refere ao beneficiamento de áreas e obras de proteção contra as secas, porém esse objetivo não foi alcançado efetivamente, visto que esta política pública deveria beneficiar as camadas mais pobres da população. Os seus débeis esforços foram comprovados no ano de 1914, em que construíram cerca de 42 poços para captação de água, seria um número significativo não fosse o fato de apenas 9 serem públicos.

A maior parte dos que fugiam das secas eram das camadas mais pobres sem a assistência do estado, como os vaqueiros, lavradores e agricultores. Segundo o DNOCS muitas obras eram construídas

[...]com recursos públicos em propriedades particulares, o sistema social se estruturara de forma que população sertaneja era mantida sob as amarras dos poderosos locais e a questão fundiária, uma das raízes do drama das secas, permanecia um tabu ⁶⁰.

As estruturas fundiárias eram as formas como os recursos de terras são divididos em propriedade, a maior parte dos exilados pela seca eram de pobres agricultores que não tinham como plantar e colher, além de não terem terras não havia água suficiente para irrigar a plantação, dar de beber aos animais e utilizá-la para consumo próprio. Portanto, na maior parte do sertão as plantações morreram e junto com elas os animais que já não tinham mais pastos.

Encontra-se no radio documentário *Vozes da Seca*, de Elon Nepomuceno, a fala do geógrafo Levi Sampaio que explica como aconteceu esse fenômeno de migração,

A sociedade do campo tinha uma estrutura bem complexa porque nós tínhamos os patrões, os proprietários rurais com seus moradores, muitos moradores de condição, e esses moradores quando chegavam nesses momentos de crise eram jogados pra fora das propriedades ou eles próprios migravam porque não tinham como sobreviver [...]

⁶¹.

Desse modo, estes desempregados que não tinham mais nem uma fazenda para arrumar emprego ou terras para plantar, fugiram para a capital a procura de emprego, moradia e segurança. Sendo como das outras vezes, a nova seca fez com que muitos nordestinos tentassem migrar para as grandes cidades, estes não viam mais opções nos interiores porque os recursos se tornavam escassos durante as secas e acabavam por largar a vida no campo e fugir para as cidades.

⁶⁰ POMPONET, “100 anos de DNOCS...” p. 60.

⁶¹ VOZES DA SECA - Um resgate da memória centenária do sertanejo com a natureza. Realização de Elon Nepomuceno. Fortaleza: Estácio do Ceará, 2015. P&B. Disponível em: <<https://youtu.be/sABgdS4SIZA>>. Acesso em: 05 jun. 2018.

4. O isolamento nos campos de Concentração da Seca e a demarcação da segregação social

O século XX foi marcado por fortes transformações industriais e econômicas que modificaram as estruturas sociais, tanto que o início deste século foi marcado por nacionalismos, fascismo, nazismo, ditaduras militares na América Latina. Naquela época, tais transformações modificaram permanentemente as estruturas sociais produzindo novas formas de preconceitos e exclusões na sociedade. Período de grande crescimento populacional, “todavia, esse crescimento não foi acompanhado por um crescimento das infra-estruturas de água e de transportes”⁶².

O século XX pôs em movimento experiências sociais, culturais e políticas em quantidade e velocidade nunca experimentada anteriormente pela humanidade. Em nenhum outro momento da história os homens foram tão impactados por seus próprios atos e pelas consequências (im)previstas destes⁶³.

Apesar das secas serem um fenômeno recorrente e previsto, a não organização da sociedade e de políticas públicas que assegurassem um maior conforto para as áreas mais afetadas com a seca acarretaram consequências imprevistas. Desse modo, a seca rigorosa chegava e atingia em cheio “o frágil ecossistema” e uma “sociedade despreparada”. Os campos de concentração de seca vieram então como uma solução nesse contexto.

A criação desses campos de concentração se assemelha a prática do exílio que historicamente se tratava de um mecanismo de controle social, dirigido a inadaptados sociais, marginais, criminosos ou rebeldes. Era assim que a sociedade, na época da criação, via os retirantes, não os exilavam para outro país, mas os relegavam a campos de concentração para que estes permanecessem longe da burguesia.

Neste contexto histórico, a burguesia brasileira sempre dependeu do capital externo, tornando a sociedade incompetente para resolver os seus problemas e fazer as forças produtivas internas se desenvolverem, submetendo assim o país andar a passos lentos. Esta sociedade da época das secas se considerava superior e superdesenvolvida, vivendo em uma época de modernização na tentativa de se igualar a um modelo europeu, considerava que estes “moribundos” iriam atrapalhar esse processo de “aformoseamento”. Por isso, ela preferiu esconder os indesejáveis a manchar a sua cidade com aqueles “fétidos moribundos”. Esta burguesia acreditava que estes iriam mexer com “a sensibilidade de uma elite urbana civilizada”.

⁶² CAMPOS, J. N. B.; STUART, T. M. C. Secas no Nordeste do Brasil: origens, causas e soluções. In: Fourth Inter-American Dialogue on Water Management, 2001, Foz do Iguaçu. Anais do IV Diálogo Interamericano de Porto Alegre: Associação Brasileira de Recursos Hídricos, 2001. v. 01.

⁶³ COTANDA, Fernando Coutinho. A sociedade no século XX. *Revista Brasileira de História & Ciências Sociais*, v. 1, n. 2, 2009. p.01

O governo de 1877 adotou alguns métodos para manter a sociedade com o mesmo nível, com a intenção

[...] de afastar as multidões de flagelados dos “vícios da ociosidade”, foi imposta àqueles considerados aptos a condição de trabalhar em serviços urbanos ou preferencialmente, em grandes obras de construção, como em prolongamentos de estradas de ferro e em construções de açudes, para que com isso tivessem acesso ao socorro do governo ⁶⁴.

Na passagem do século XIX e XX foi implantado um modelo de trabalho de recrutamento dos retirantes como operários de construção em grandes obras de socorro público. Essas obras foram arquitetadas para “absorver a mão-de-obra”, pois o retirante se queria comer, trabalhava, como também a mulher, a filha e o filho menor. O que não obedecendo também às regras habituais das relações de trabalho, uma vez que esses retirantes eram indesejáveis e havia uma quantidade imensa de mão-de-obra de baixo custo, os construtores não precisavam se preocupar em aderir as normas de trabalho, como as que se referem a segurança, moradia e alimentação.

Os retirantes, segundo Cândido, iniciavam a sua jornada de trabalho famintos, dispostos a cumprir praticamente qualquer tarefa em troca de alimento, por isso lhes eram oferecido trabalhos de “estratos inferiores”. Por sua condição de miséria, eles eram desprestigiados na visão dos administradores das obras, criavam-se sobre eles pesados estigmas.

Segundo Goffman, alguém com um estigma não é considerado completamente humano e mais, pela ideologia impregnada no estigma, esse sujeito passa a ser sempre inferiorizado. No caso dos retirantes trata-se de inferioridade por meio da classe social.

As elites, por sua vez, viam nessas obras, mesmo que elas fossem realizadas sob condições desumanas, um meio privilegiado de auxílio aos retirantes porque os converteriam de mendigos em trabalhadores. As funções que os “flagelados” assumiam nessas obras chamadas de “socorros públicos”, eram para a utilização de força bruta com o intuito de deixá-los mais exaustos, eles “carregavam dormentes e trilhos, quebravam pedras, empurravam carros de mão, socavam terra, abriam clarões e picadas” ⁶⁵. Essa elite se considerava superior visto que os retirantes estavam em uma condição de “miseráveis” e aceitariam qualquer tipo de auxílio.

As elites e o governo pretendiam deixar os retirantes sempre escondidos para que assim pudessem usufruir de sua força de trabalho, sendo que grande parte das construções da época foram fruto do trabalho dessas “múmias famintas”, como afirma Cândido.

As fontes revelam que, por vezes, trabalhavam “em estado de nudez quase absoluta”, tamanha a miséria ao ingressarem nas obras. Uma grande obra poderia reunir até dezenas de milhares desses trabalhadores que, numa complexa combinação de

⁶⁴ CÂNDIDO, Tyrone. Operários das secas: retirantes e trabalhadores de ofício em obras de socorro público (Ceará - 1877-1919). In: *Revista Mundos do Trabalho*, vol. 3, n. 6, jul-dez, 2011, p. 176.

⁶⁵ CÂNDIDO, Tyrone. “Operários das secas”..., p. 181.

atividades, forneciam a sua alquebrada força física para os prolongamentos das vias férreas e a construção de barragens ⁶⁶.

O projeto “Pompeu-Sinimbu”, que foi adotado no ano de 1877 e aprovado pelo rei Dom Pedro II consistiu, então, em uma maneira do governo usufruir da mão de obra dos retirantes. Sendo esta uma “política de socorro indireta” em que, por meio do trabalho, o sertanejo receberia auxílio do governo. Tendo como um dos objetivos compensar o desequilíbrio econômico entre o Norte e o Sul do Brasil. Assim os “desvalidos” que chegavam a capital eram rotulados como “válidos” ou “inválidos” para o trabalho, essa estrutura de “socorro público” abarcou “cerca de 111.540 indivíduos” no qual através de uma política que transformava a seca em vetor de progresso material, por meio da exploração de trabalhadores desvalidos em obras públicas. ⁶⁷

Da mesma forma acontecia com os doentes mentais estudados por Goffman, os retirantes atendidos pelas obras de socorro público foram isolados e vigiados para que não se integrassem com a elite. Esse foi o modelo de contenção utilizado pelo governo até o ano de 1915, quando eles adotaram um novo elemento: os campos de concentração; sem deixar de utilizar a mão de obra dos retirantes. Antônio da Silva, um sobrevivente do campo de concentração, relata que ele e sua família decidiram procurar abrigo no “curral dos flagelados”, pois o governo da época “prometia muita esmola por lá”. Segundo o Guia do estudante: Ceará nos campos da seca.

[...] o governo prometia comida, água, assistência médica e oferta de trabalho. Pouco disso, no entanto, acontecia. Não havia água tratada, nem comida para todos e muita gente morria de fome ou doença e era sepultada ali mesmo. O campo se tornou um foco de tudo o que é infecção ⁶⁸.

Então eles foram “aprisionados e vigiados 24 horas por dia por soldados do exército”, produzindo assim uma prisão, visto que as condições eram extremamente escassas e os retirantes poderiam começar a querer invadir a cidade. A burguesia queria impedir os “flagelados” de ficar transitando desordenadamente pela cidade de Fortaleza, onde havia uma classe burguesa em ascensão descontente com tal “invasão”.

Considerações finais

O desenvolvimento do presente estudo possibilitou uma análise de como a elite da capital Fortaleza e seus governantes contribuíram para a exclusão do homem do campo, estigmatizando os que migravam em busca de “auxílio” durante as secas que assolavam o Ceará. O nordeste brasileiro

⁶⁶ CÂNDIDO, Tyrone. “Operários das secas”..., p. 181.

⁶⁷ SOUSA, “Secas e socorros públicos no Ceará...”, p. 187.

⁶⁸ SÁ, Xico. *Ceará nos campos da seca no início do século 20*. Disponível: <<https://guiadoestudante.abril.com.br/estudo/ceara-nos-campos-da-seca/>>. Acesso em: 14 mar. 2018.

possui condições propícias para a chegada das secas, sendo um fato que ocorre com mais frequência nos últimos séculos. A nosso ver, os problemas encontrados são as formas de lidar com as secas e os estigmas, preconceitos e estereótipos gerados com isso.

O marco inicial da ampliação dos estereótipos empregados ao Ceará foi na seca de 1877-1879 quando essa região passou a ser identificada como região-problema, os próprios governantes contribuíram para essa propagação. Foram imputados termos pejorativos para descrever aqueles que migravam para a capital como “retirantes” que faziam referência a rebanho de gado. Com essa alusão estes sertanejos não foram somente chamados de animais, mas também tratados como animais, quando alocaram esses “retirantes” nas secas de 1915 e 1932 como se fossem gados em “currais” de contenção”, que funcionavam como uma forma de separar os que eram indesejados, não permitindo que estes perambulasse pelas ruas da capital.

Aqueles que saíam dos campos de concentração era para trabalhar nas obras de socorro público, apenas os considerados “validos” serviam como força de trabalho barata para ampliação da capital, porque não eram permitido a eles transitar na cidade, por outro lado, os que eram considerados “inválidos” permaneciam nos campos de concentração. Categorizar pessoas como “validos” ou “inválidos” é quase como colocar um código de barras e o utilizar apenas como mais uma ferramenta desprovida de necessidades.

A elite, por medo de se contaminar com as doenças que os estrangeiros poderiam propagar, aceitava essas obras de socorro público e os campos de concentração, e de certa forma, se beneficiavam em cima do sofrimento desses migrantes. Em épocas de chuvas o governo investia na construção de poços, açudes e barragens, no entanto, era a elite que se beneficiava pelas tentativas de amenização dos impactos das secas, pois a maior parte dos poços foi construída em locais privados, inferiorizando mais ainda o homem do campo que ficava sem assistência.

Esses fatores compeliram o homem do campo, que é o mais afetado com as secas, a migrar para a capital a procura de auxílio na seca de 1877, o que causou uma desordem na esfera social de Fortaleza. Esse fato deu ao governo uma ideia do caos que estes migrantes gerariam se adentrassem na capital durante uma nova seca. Nessa seca criaram abarracamentos como moradia para os retirantes e as obras de socorro públicas, com o projeto Pompeu-Sinimbú para conte-los. Assim na seca de 1915, quando os retirantes chegaram a capital em meio a uma nova seca, foram aprisionados em campos de concentração para inibir o seu acesso ao centro e a elite.

Os estigmas imputados sobre os nordestinos ainda perduram até hoje se configurando de uma forma diferente, atribuindo que não possuem um intelecto muito avançado, sendo uma consequência dos estereótipos de região subdesenvolvida colocado desde o ano de 1877 que perdurou até os dias

de hoje. As condições de vida não são tão escassas quanto a um século atrás, mas ainda é possível perceber que o descaso com essa região ainda perdura.